

# CAS Informe

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS | 23 a 30 de abril | 2014



## SABATINAS

### INDICAÇÕES DE AUTORIDADES PARA ANS E ANVISA PASSAM NA CAS E SÃO CONFIRMADAS PELO PLENÁRIO DO SENADO

foto: Luis Carlos Campos Sales



Senadores da CAS aprovam indicações para ANS e Anvisa em votação secreta

Os senadores da CAS aprovaram, na quarta-feira (23), duas indicações que o Senado recebeu do Palácio do Planalto para diretorias na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Ambas as sabatinas tiveram o mesmo resultado: 17 votos a favor e um contra em votação secreta.

Simone Sanches Freire recebeu relatório favorável do senador Jayme Campos (DEM-MT) para assumir a diretoria na ANS. Graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade São Francisco, de São Paulo e pós-graduação em Direito Público – Direito Administrativo, Tributário e Constitucional pela Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro e especialização em Regulação de Saúde Suplementar, está na Agência desde maio de 2002 onde já foi fiscal no Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo. Desde setembro de 2013, é diretora-Adjunta de Gestão da Agência.

A indicação do economista português José Carlos Moutinho foi relatada pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Na Anvisa desde 2000, assumia o cargo de gerente de projetos da presidência da Agência. Com mestrado em Administração Pública pelo Instituto de Lisboa, em Portugal, fez especialização em Gestão e Tecnologia da Informação e Administração Pública.

Nova indicação - Na mesma reunião foi lido o relatório da senadora Ana Amélia (PP-RS) sobre a recondução de Jaime César de Moura Oliveira ao cargo de diretor da Anvisa. Como determina o Regimento do Senado, foi concedida vista automática ao relatório e a fase de perguntas está marcada para a próxima reunião.

Jaime César de Moura Oliveira é advogado, graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) com mestrado em Saúde Pública, pela USP; e em Biotechnology Law and Ethics, pela Universidade de Sheffield, na Inglaterra. Especializado em Direito Ambiental, também

pela USP, e em Biossegurança, pela Universidade Federal de Santa Catarina tem publicações nas áreas de Bioética, Direito Sanitário, Direito Ambiental e Biossegurança, relacionadas em seu currículo.

Com experiência nos setores público e privado, foi advogado da Unilever Brasil e do escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva 2 Advogados entre 1999 e 2007, quando foi nomeado subchefe-adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Também foi secretário-executivo do Conselho Nacional de Biossegurança e representante titular da Casa Civil da Presidência da República no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual e no Comitê Nacional de Biotecnologia.

Desde 2011 assume diretoria na Anvisa, responsável pela Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, além da Diretoria de Monitoramento e Controle. Foi representante titular da Agência no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

foto: Luis Carlos Campos Sales



Simone Sanches vai assumir a diretoria da ANS

### ANVISA PROJETA REDUÇÃO DO PRAZO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS CLÍNICAS COM NOVOS MEDICAMENTOS

Durante a sabatina, o economista José Carlos Moutinho informou que o prazo médio para a autorização de pesquisas clínicas com novos medicamentos deve cair de seis para quatro meses até o final do ano no que diz

foto: Luis Carlos Campos Sales



José Carlos Moutinho - indicado para diretoria da Anvisa

respeito ao trabalho da agência. A declaração ocorreu após questionamentos dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

A demora para autorização de pesquisas clínicas com novos medicamentos no Brasil, para tratamentos de pacientes de doenças como câncer, por exemplo, começou a ser discutida em março pelos senadores. Por iniciativa da senadora Ana Amélia, foi realizada audiência na CAS, com a presença de especialistas e representantes do governo, com o objetivo de reduzir o tempo médio para o processo no Brasil, que passa de um ano. A Anvisa, um dos três órgãos responsáveis pela análise, demora em média seis meses para concluir sua avaliação.

Prazo que deverá ser reduzido ainda neste ano, conforme informou o diretor sabatinado.

A revelação de Moutinho já é um dos primeiros resultados do trabalho do grupo técnico que foi formado logo depois da audiência no Senado, com a presença de médicos, pesquisadores, representantes do governo e da indústria farmacêutica. A primeira reunião do grupo aconteceu no último dia 17 e o próximo encontro está previsto para o dia 7 de maio. A agilidade nesse processo é considerada fundamental, observou a senadora, para oferecer tratamentos mais modernos e eficientes aos pacientes. (com informações da assessoria da senadora Ana Amélia)

# BACHARÉIS CRITICAM EXAME DA OAB EM AUDIÊNCIA NO SENADO

AGÊNCIA SENADO – MARILIA COELHO E GORETTE BRANDÃO

foto: Luis Carlos Campos Sales



Audiência pública sobre o exame da OAB realizada por iniciativa do senador Paulo Paim

O exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi intensamente criticado durante audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou na quinta-feira (24). Para entidades contrárias à prova, a exigência de habilitação antes do ingresso no mercado profissional não pode ser imposta apenas aos que se formam em Direito. Se o exame tiver que ocorrer, entendem ainda que sua aplicação deve ficar sob a tutela do Ministério da Educação, e não da OAB.

- Não se pode atribuir a uma instituição privada o poder de dizer quem pode ou não advogar – argumentou Carlos Schneider, presidente nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito (ANB).

Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela constitucionalidade do exame, os representantes das entidades dos bacharéis em Direito reiteraram posição contrária. O entendimento é de que apenas o Executivo federal poderia regulamentar o tema. Outro argumento apresentado é que há ausência de isonomia de tratamento em relação às demais profissões.

## Arrecadação

Os opositores contestaram afirmações de que o exame é útil à sociedade, tendo em vista o papel crucial dos advogados na defesa de direitos fundamentais dos indivíduos, inclusive a própria liberdade. A avaliação comum aos participantes do debate contrários ao exame é que a prova representa uma rendosa fonte de receitas, da ordem de R\$ 80 milhões anuais decorrentes das inscrições cobradas, sendo esta a razão da veemente defesa de sua manutenção.

- Quem abriria mão de pegar 80 milhões ao ano, sem prestar contas a ninguém? – questionou Willyan Johnes, presidente nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil (OBB).

O interesse econômico seria também a explicação para os altos índices de reprovação registrados, como assinalaram os contrários ao exame. Para isso, conforme Reynaldo Arantes, que preside a Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil (OABB), a entidade “manipula” a prova, adotando “pegadinhas” entre os quesitos. Assim, sempre restariam cerca de 100 mil reprovados para o próximo exame. Somente com esses, já haveria uma arrecadação garantida de R\$ 20 milhões, com base no atual valor da taxa de inscrição, de R\$ 200,00. Com os novos formandos, a receita sobe para R\$ 80 milhões.

Para acabar com essa distorção, Reynaldo Arantes defendeu a gratuidade do exame. Segundo ele, os custos podem ser cobertos com as receitas já arrecadadas pela OAB, especialmente a anuidade paga pelos advogados, que hoje seria superior a R\$ 900,00. Ele também apontou uma contradição na OAB, que, conforme assinalou, “ora se diz pública”, para não pagar impostos, e “paralelamente privada”, para não prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

O professor da Faculdade Evangélica das Assembleias de Deus (Faecad), Rubens da Silva, reforçou que exame da OAB é injusto, por causa do alto grau de dificuldade das provas e do valor elevado da inscrição.

- Pelo fruto se conhece a árvore. O fruto desse cenário são pessoas desempregadas e humilhadas. O processo a que a OAB submete essas pessoas é um processo humilhante – criticou.

## Política regulatória

Os representantes do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Federal de Medicina (CFM) não fizeram uma defesa clara da manutenção da prova da OAB nem opinaram pelo seu fim. Lúcio Silva, um dos conselheiros do CFM, apenas fez um paralelo com a questão da grande proliferação dos cursos de Medicina. Esse processo, como observou, tem levado a categoria à unânime opinião da necessidade de uma prova para avaliar os médicos recém-formados.

Para a diretora de regulação da Educação Superior do MEC, Luana Medeiros, há mais de dez anos o ministério se posiciona pela separação entre o exercício profissional e a formação acadêmica. O MEC, segundo ela, atua apenas na esfera educacional e, coincidentemente, em 2013, suspendeu a abertura de cursos de Direito para reformular a política regulatória desse campo acadêmico.

- O ministério escolheu visitar in loco todos os cursos de Direitos ofertados no Sistema Federal de Ensino. São quase mil cursos e serão todos visitados, para que, no começo do ano que vem, a gente tenha um panorama bem completo da oferta da educação superior, com dados atuais – explicou.

Luana informou que 38 cursos de Direito tiveram notas insuficientes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em 2013. É por meio do Enade, uma prova realizada a cada três anos, que o MEC avalia a qualidade do ensino superior no país.

## Posição da OAB

Por sua vez, o secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Cláudio Pereira Neto, defendeu a manutenção do exame como um dever da entidade pela cidadania. Ele criticou a explosão de cursos de Direito, sob a permissão do governo, especialmente na década de 1990. Segundo disse, o número aumentou de 200, na década de 1970, para 1.285 atualmente.

- Quando a OAB entrega a carteira ao advogado, ela está sobretudo se comunicando com o cidadão, dizendo que aquele profissional reúne as condições técnicas necessárias para promover a defesa de bens absolutamente fundamentais para ele – argumentou.

O secretário disse que a OAB não vê os bacharéis como adversários e que está aberta a solucionar o problema do grande número de reprovações nas provas. Ele explicou que a Ordem vem tomando medidas para conseguir aumentar as aprovações. Entre elas, a informação às faculdades da média de notas dos alunos em cada disciplina e o fato de permitir ao candidato repetir, por ao menos mais um certame, a segunda etapa da prova no caso de reprovação, sem ter que refazer a primeira.

- A gente entende, que em médio prazo, já provocará uma melhora muito grande – disse.

Em relação ao valor das inscrições, o secretário da OAB justificou o alto custo pelo fato de o exame ser prestado em 178 polos, incluindo o interior do país. Ele disse que a instituição não tem interesse econômico no valor das inscrições, porque se os candidatos reprovados tivessem sido aprovados, o que eles pagariam à OAB seria muito maior do que a taxa da inscrição.

## Diálogo

Para o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), a audiência pública serviu para deixar claro que há uma insatisfação dos bacharéis com o exame da Ordem. Ele disse esperar que a OAB consiga estabelecer um diálogo.

- Tomara que o representante da Ordem consiga, no colegiado, que a gente possa estabelecer um diálogo – afirmou.

O senador Paulo Paim (PT-RS), um dos requerentes da audiência, sugeriu a reunião de todos os projetos que tratam do tema no Senado em um só texto, além da busca de um entendimento entre OAB, os bacharéis e o MEC.

- Houve mudanças pequenas, mas houve. Nós podemos avançar mais nesse tema, por isso nós temos que estabelecer um diálogo com a OAB na busca de uma alternativa para que essa juventude toda que se forma tenha a oportunidade do trabalho – afirmou.

## Expediente | INFORME DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS) DO SENADO FEDERAL

Presidente da CAS – Senador Waldemir Moka  
Secretária da Comissão – Dulcília Ramos Calhau  
Fotos – Luis Carlos Campos Sales e Agência Senado  
Informações – [imprensacas@senado.gov.br](mailto:imprensacas@senado.gov.br)

Impressão  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações | SEEP  
Coordenação de Edição  
Eduardo Perácio (SEEP)  
Projeto Gráfico  
SEIMEL (SEEP)

• Quarta-feira, 30/04  
9h – Escolha de autoridades e reunião deliberativa da CAS

## Agenda